



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação		
Na terça-feira		IBovespa nos últimos dias				Na terça-feira		Últimos		Comercial, venda na terça-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)		
0,33%	0,66%	192.201	198.657	9/4	10/4	13/4	14/4	R\$ 4,993	R\$ 1.621	R\$ 5,889	14,65%	14,53%	0,18	0,33	0,33	0,70	0,88	
São Paulo	Nova York							(-0,06%)	8/abril: 5,102 9/abril: 5,063 10/abril: 5,011 13/abril: 4,997									

MERCADO DE TRABALHO

Fim da escala 6x1 chega hoje à Câmara

Encaminhado em regime de urgência, projeto de Lei propõe que a jornada máxima caia de 44 para 40 horas semanais

» EDLA LULA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo publicou, na noite de ontem, em edição extra do *Diário Oficial da União*, mensagem que comunica o envio ao Congresso Nacional, do projeto de lei que propõe a nova regulamentação da jornada de trabalho no país, com a diminuição da carga horária. Encaminhado com regime de urgência à Câmara dos Deputados, texto reduz a duração normal do trabalho e aumenta descanso semanal remunerado dos trabalhadores enquadrados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Até a noite de ontem, porém, não foi possível acessar a íntegra do projeto. Somente hoje, informou o Ministério da Casa Civil, o documento completo, estará disponível no sistema do Congresso. "Hoje é um dia importante para a dignidade da família, de quem constrói o Brasil todos os dias. Encaminhei ao Congresso Nacional, com urgência constitucional, um projeto de lei que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais. E, importante, sem qualquer redução no salário", escreveu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu perfil no X.

"A proposta devolve tempo aos trabalhadores e trabalhadoras: tempo para ver os filhos crescerem, para o lazer, para o descanso e para o convívio familiar. Um passo para um país mais justo e com mais qualidade de vida para todos", completou o presidente.

Antes de enviar a proposta, Lula recebeu para um almoço, o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). No

Ricardo Stuckert / PR



Após a prestigiada cerimônia de posse de Guimarães como novo ministro, Lula almoçou com Motta para tratarem da redução da jornada

encontro, do qual também participaram o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães — empossado no cargo ao meio-dia — e o novo líder do governo na Casa, Paulo Pimenta (PT-RS), ficou decidido que o governo enviaria o texto, mesmo já havendo a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que trata do assunto. Motta vinha defendendo que o

governo não enviasse a proposta que fosse votada a PEC. Porém, esse regime exige debate mais prolongado, que poderia não ser concluído este ano. Como proposta do Executivo tem regime de urgência constitucional, tranca a pauta em 45 dias.

Ontem, José Guimarães ponderou que uma possível "crise" entre Motta e o Planalto estaria superada. "O presidente pediu a Hugo

Motta, ao líder e a mim, que negociassem como tramitar tanto a PEC como o projeto de lei. Vamos sentar e vamos discutir. Então, a crise que estava existindo, manda não manda, está superada", destacou Guimarães em conversa com jornalistas, após participar da cerimônia de sanção do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década. A PEC, de autoria da deputada

Erika Hilton (PSOL/SP) e do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) poderá ser apreciada ainda hoje.

Pressões

O debate se dá em meio à pressão que parte tanto dos empresários contra o fim da jornada 6x1 quanto dos representantes

dos trabalhadores. Na semana passada, 400 entidades empresariais assinaram documento alertando que a redução da jornada para 40 horas semanais pode elevar os custos com empregados formais em até R\$ 267 bilhões por ano. As entidades defendem um debate mais aprofundado.

Do lado dos empregados, está marcada para hoje a Marcha da Classe Trabalhadora, que pretende reunir milhares de trabalhadores na Esplanada dos Ministérios. A manifestação inclui uma caminhada até o Palácio do Planalto, onde lideranças devem ser recebidas por Lula.

"Para passar, tem que ter muita pressão popular, dos trabalhadores e das trabalhadoras, do movimento sindical, porque os empresários não querem o fim da escala. A marcha se tornou ainda mais importante, por isso, à luta", disse o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre.

A programação começa às 8h, com concentração no estacionamento do Teatro Nacional. A partir das 9h, será realizada a plenária da Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat), momento em que as lideranças sindicais devem aprovar formalmente as diretrizes e reivindicações do movimento.

A saída da marcha rumo à Esplanada dos Ministérios está prevista para às 11h. Após o ato, a agenda também deve ser entregue aos presidentes da Câmara, do Senado e do Poder Judiciário.

Além da CUT, a Marcha foi convocada pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical, UGT, CSB, e NCST.

Impasse sobre valor trava PL dos aplicativos

» DANANDRA ROCHA

A comissão especial da Câmara dos Deputados responsável por analisar a regulamentação dos serviços de transporte e entrega por aplicativo cancelou a reunião prevista para ontem, quando seria votado o parecer do relator, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), ao Projeto de Lei Complementar 152/25. Até o momento, não há nova data definida para a deliberação.

A decisão veio após o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), sinalizar que não havia apoio suficiente para a proposta no colegiado. Uma das divergências está em torno do valor mínimo pago aos entregadores. Enquanto o governo defende um piso de R\$ 10 por serviço, o relatório de Coutinho estabelece o valor de R\$ 8,50.

A versão mais recente do relatório, divulgada em 7 de abril, aprofunda mudanças em relação ao texto apresentado no fim de 2025. O principal eixo da proposta é o reforço do caráter autônomo da atividade exercida por motoristas e entregadores. O substitutivo adota o termo "trabalhador autônomo plataforma" e deixa explícito que não há vínculo empregatício entre os profissionais e as plataformas digitais ou os usuários.

Segundo o relator, as alterações

refletem o amadurecimento do debate no Congresso e a tentativa de construir um texto "politicamente viável". A proposta preserva a liberdade do trabalhador para definir sua jornada, recusar corridas e atuar em mais de um aplicativo, além de proibir metas mínimas de atividade ou penalidades por períodos off-line.

O escopo do projeto também foi enxugado. A nova redação restringe a regulamentação ao transporte de passageiros e à entrega de bens, retirando a previsão genérica para outros serviços mediados por plataformas. Questões relacionadas aos direitos dos usuários passam a ser tratadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

No campo da infraestrutura, itens que antes eram garantidos, como pontos de apoio para motoristas, foram reclassificados como diretrizes de política pública, sem obrigatoriedade imediata de implementação.

A proposta detalha ainda um modelo específico de contribuição previdenciária. O trabalhador passa a ser enquadrado como contribuinte individual obrigatório, com alíquota de 5% sobre uma base correspondente a 25% da sua renda bruta mensal. Já as plataformas poderão recolher 20% sobre essa mesma base ou optar por um modelo alternativo de 5% sobre a receita bruta no país.

Carlos Vieira CB/DA Press



Motoristas e entregadores protestaram contra o PLP 152/25

Em relação à remuneração, o texto estabelece critérios mínimos para entregas, com piso por serviço e também por tempo efetivamente trabalhado. As plataformas poderão cobrar taxas, desde que respeitados limites médios — de até 30% por serviço ou 15% em modelos híbridos. Gorjetas devem ser repassadas integralmente aos trabalhadores, sem qualquer desconto.

O substitutivo também traz regras de transparência e proteção. As empresas deverão fornecer relatórios detalhados sobre ganhos e descontos, além de garantir revisão

humana em decisões automatizadas, como bloqueios. Contratos deverão ser claros quanto a regras, remuneração e critérios de distribuição de chamadas.

Por outro lado, foram retirados do texto benefícios previstos anteriormente, como gratificação de fim de ano, adicionais por trabalho noturno ou em feriados, e mecanismos de poupança vinculados às plataformas. Também deixaram de constar limites de jornada, exigências como botão de pânico nos aplicativos e medidas específicas de proteção de gênero.

Motoristas protestam

Em paralelo, motoristas e entregadores de aplicativos ocuparam ruas de ao menos quatro capitais brasileiras, em protesto contra o PLP, ontem, quando estava prevista a votação. Houve mobilizações em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Natal, com carreatas e paralisações. Em Brasília, trabalhadores seguiram em direção ao Congresso Nacional, onde também pressionaram parlamentares.

Na capital federal, cerca de 400 pessoas participaram do ato, entre motoristas e entregadores. A concentração começou às 9h, com saída do Parque da Cidade em direção à Funarte. De lá, o grupo seguiu em comboio até a Esplanada dos Ministérios. Parte dos manifestantes tentou diálogo direto com deputados.

Ao **Correio**, o motorista Johnny Breno Fernandes, 26 anos, que atua há seis anos no setor, atribuiu o recuo na votação à mobilização nacional. "Com certeza foi resultado da nossa pressão. O governo tenta aprovar esse projeto desde 2024. O texto é horrível e não beneficia o motorista", afirmou.

Ele critica, principalmente, a previsão de contribuição previdenciária no modelo proposto. "Nos obriga a pagar uma conta alta sem

garantir algo justo. O que nós queremos é algo que leve em conta o ganho por tempo e, principalmente, por quilômetro. Precisa haver um consenso nessa regulamentação, nós não queremos algo que fique mais caro ou o mesmo preço do táxi, até porque inviabilizaria nosso trabalho, mas queremos algo justo e compatível com nossos gastos", defendeu.

Segundo Johnny, a forma de cálculo atual ignora diferenças regionais. "O Brasil é muito diverso. O desgaste do carro em São Paulo, por exemplo, é muito maior do que em Brasília. Isso precisa ser considerado", disse. Para ele, a possibilidade de taxas de até 30% pelas plataformas pode reduzir ainda mais a renda.

Apesar das críticas, o motorista não defende um modelo totalmente engessado. "A autonomia é importante, mas precisa haver algum tipo de vínculo para evitar bloqueios injustos", ponderou.

A rotina de trabalho, segundo ele, é intensa. Johnny afirma trabalhar até 18 horas por dia, somando outras atividades para complementar a renda. Com faturamento bruto mensal de cerca de R\$ 7 mil, o ganho líquido cai para aproximadamente R\$ 2 mil após custos como combustível, manutenção e alimentação.